

A ameaça aos piratas

Dornelles convoca o advogado Bulhões Pedreira para chefiar a comissão de juristas que vai elaborar uma Lei Penal Econômica

Quatro juristas convocados pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, começarão a elaborar nesta semana um anteprojeto que configura uma das peças mais caras ao governo Tancredo Neves: uma severa Lei Penal Econômica que incluirá penas de cadeia para os responsáveis por delitos financeiros e poderá transformar-se no terror dos banqueiros pilhados nos últimos anos no mau caminho. Sob o comando do advogado carioca José Luiz Bulhões Pedreira, autor dos mais importantes documentos legais econômico-financeiros lavrados no país desde meados da década de 50, e dono de uma das maiores bancas de advocacia comercial, a comissão procurará encontrar os meios que previnam uma situação frequente na área bancária: empresas falidas, na esteira de uma administração ruinosa, que sangra os cofres públicos e abala a confiança do investidor, e empresários ricos — normalmente impunes, graças à ausência de uma caracterização precisa no Código Penal dos atos ilícitos praticados pelas instituições financeiras.

Há tempos Bulhões Pedreira vem tentando sensibilizar as autoridades para o agudo anacronismo em que se encontra a legislação sobre instituições financeiras — e que agora poderá ser revista no anteprojeto a ser encaminhado ao Congresso. Desde a quebra do Banco Sulbrasileiro, duas semanas antes do Carnaval, por exemplo, passeatas de funcionários ameaçados pela perda do emprego pipocam

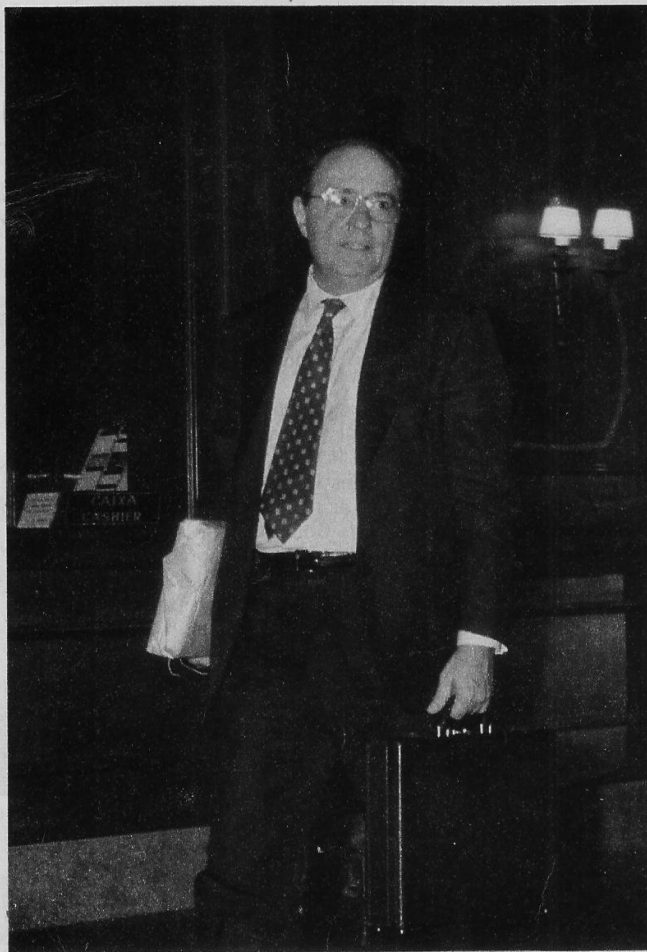
em várias cidades nas quais o banco gaúcho mantinha agências. Há nessa situação cerca de 17 000 pessoas, às quais se soma uma multidão de investidores que não sabem se algum dia vão ver a cor do dinheiro confiado à instituição.

São quadros como esse, que além do mais custam bilhões de cruzeiros ao erário e aos investidores e provocam desem-

prego, que o governo Tancredo quer evitar. “É necessário proteger os poupadores contra ações lesivas através de legislação adequada e garantir igual acesso às informações”, anunciou Dornelles na última sexta-feira, ao tomar posse no Ministério da Fazenda, dando o tom do que a nova administração pretende com a Lei Penal Econômica.

De acordo com a fórmula que Bulhões Pedreira examinará com os outros três juristas convocados por Dornelles — Alfredo Lamy Filho, Fábio Konder Comparato e Jorge Hilário Gouveia Vieira —, seriam maiores os obstáculos para que casos como o do Sulbrasileiro, ou os que sacrificaram a financeira Coroa, as cadernetas de poupança Delfin e Haspa e até mesmo a cooperativa Centralsul, voltassem a se repetir no país.

CAMINHO LIVRE — O ponto central do raciocínio de Bulhões Pedreira sustenta que o governo deve intervir ao primeiro sinal de abalo de uma instituição financeira. Dessa forma, com base na tese de que os responsáveis pelas instituições financeiras devem ser dissociados da sorte de suas empresas, o Banco Central teria amparo legal para intervir no Banco Sulbrasileiro, cuja péssima situação já conhecia há muito tempo. Depois o caminho estaria livre para afastar a diretoria, requisitar dos acionistas os bens necessários para sanear o seu rombo e, se ficasse constatada a prática de algum delito, conduzi-los aos tribunais.



Bulhões Pedreira: assessor de governos, sem nada cobrar

LUIZ CARLOS GAVIÃO